



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

16 de abril 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

Professores mantêm greve e segue impasse

GABRIEL ROSA
gabriel.rosa@diario.com.br

A decisão unânime de manter a greve do magistério em Santa Catarina, tomada por mais de 2,5 mil professores da rede estadual ontem, indica poucas perspectivas de um desfecho imediato para a paralisação que chega hoje ao seu 24º dia. Enquanto o governo do Estado insiste em não negociar com a categoria em greve, o magistério garante que não irá encerrar o movimento sem receber uma contraproposta positiva. Em nota enviada à imprensa, a Secretaria de Educação (SED) lamentou a decisão da categoria e reafirmou que as aulas nas escolas do Estado devem na normalidade.

Diferentemente do que se observou em outras assembleias, a de ontem teve um desfecho rápido e unânime; praticamente não foi discutida a possibilidade de se aceitar o novo plano de carreira do magistério (em fase de desenvolvimento) ou de encerrar a greve. Segundo o Estado, a adesão

A SED alega que as propostas enviadas pelo magistério estourariam o orçamento da pasta, cuja folha de pagamento cresceu de R\$ 1,83 bilhão em 2010 para R\$ 3,13 bilhões em 2014. O plano do governo aumentaria em R\$ 200 milhões este ano o investido nos pagamentos do magistério.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 16

DIÁRIO CATARINENSE

IMPASSE

O Centro Administrativo do governo tem uma posição tomada em relação ao prosseguimento da greve dos professores. O projeto de descompactação salarial do magistério não será enviado à Assembleia Legislativa enquanto a paralisação não for encerrada. Os professores dizem que a regência de classe é inegociável. O governo sustenta que a incorporação da gratificação para descompactar também.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve	Página: 67	

DIÁRIO CATARINENSE

SEM APELO

É impossível calcular os prejuízos decorrentes da paralisação das escolas públicas. Outra verdade: o direito de greve, por mais fundamental que seja, não pode ser irrestrito. Se as cansativas reuniões entre grevistas e governo nada resolvem, que se ofereçam instâncias específicas de arbitragem, em que as partes teriam condições mais favoráveis de obter satisfação para suas reivindicações. Nesse clima de blá-blá-blá e escolas fechadas, só a burrice prospera. Aliás, o movimento dos professores deveria tomar para si a tarefa de limitar o uso do direito de greve e de encontrar as compensações justas. E seria bom que o fizesse logo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 02

Notícias do Dia

Pelo diálogo

Está na hora de governo e Sinte promoverem uma reaproximação e a reabertura de um canal de negociação, antes que alunos sejam prejudicados e haja a inviabilidade do calendário escolar. A decisão do Sinte em manter uma greve com baixa adesão parece ser preventiva por não debater justamente uma bandeira da entidade e do magisterio, a descompactação da tabela salarial, já que a regência de classe parece ser um detalhe em meio a uma discussão muito maior. O governo, irredutível, afirma que não negocia com a paralisação mantida. Perdemos todos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 02

Notícias do Dia

Na TV

O tempo de duração da greve do magistério já pesa no bolso do Sinte. Só em mídia de TV, aqueles anúncios do Jôgral com um aluno e do "Ouca Colombo", já foram gastos R\$ 275,9 mil em horário nobre, nos meses de fevereiro e março, em uma única emissora. E falta calcular o aluguel de amplas salas no CentroSul para as assembleias.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Política

Data: 16/04/2015

Assunto: Greve

Página: 11

Notícias do Dia

PROFESSORES MANTÊM GREVE

STEFANI CEOLLA

stefani.ceolla@noticiasdodia.com.br

 @ND_Online

Os professores do Estado decidiram, em assembleia na tarde de ontem, manter a greve por tempo indeterminado na tentativa de forçar o governo a negociar o único ponto que a Secretaria de Educação não quer mexer: a regência de classe. O governo sugere a incorporação ao salário, mas o Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) alega que a medida, a longo prazo, compacta a tabela salarial.

Para o sindicato, a proposta do governo não beneficia a classe em vários aspectos. Um deles, na própria descompactação da folha. "Quem está em final de carreira vai passar a ficar no meio", alega o Sinte-SC, que também critica a intenção de

criar um prêmio por desempenho da escola, o que, para os profissionais, pode resultar em fraudes. "Alguns vão acabar passando alunos para atingir o índice", pontuou um professor.

Lottar Weise Filho, da regional de Rio do Sul, sugeriu que o governo dê o reajuste de 13% em cima do plano de carreira em vigor "e não tire nenhum direito". A proposta será analisada em reuniões regionais do Sinte. A professora aposentada Carmelina Margotti, de Palhoça, foi autora do discurso mais enfático e decisivo. No palco, rasgou a proposta feita pelo governo, sendo aplaudida de pé por todos os professores.

Depois das manifestações, o Sinte-SC colocou em análise as propostas surgidas da assembleia. Decidiu só negociar se for chamado pelo governo, pressionando para que haja diálogo.



DUELO

Sinte e governo seguem medindo forças na definição do plano da carreira no Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Posição do governo é de não negociar

A Secretaria de Estado da Educação se manifestou sobre o assunto por meio de nota. Disse lamentar a decisão e mantém a posição de não negociar com o sindicato da categoria. Para a Secretaria, a greve é motivada pela MP 198, que já foi revogada pelo governo. "Também foi um gesto de boa vontade o acordo para

não contabilizar as faltas durante a greve, mediante plano de reposição de aulas e encerramento da greve esta semana", pontua a Secretaria.

Principal ponto de divergência, a incorporação da regência de classe é defendida como "essencial para o plano de descompactação da tabela". A secretaria salienta que esta

bonificação é paga como gratificação apenas em Santa Catarina e Sergipe. "A incorporação da regência de classe não diminui o salário de nenhum professor, mas garante a conquista de que a regência nunca mais será retirada do vencimento do servidor", defende o governo. A reposição das aulas deverá ser feita durante o período de férias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 51

Notícias do Dia

Magistério UX

As negociações entre o governo e os professores estavam interrompidas e vão permanecer assim, já que a greve foi mantida. A pergunta que vem sendo feita é: o Sinte não quer a descompactação da tabela? A indagação partiu do secretário Eduardo Deschamps, destacando que a regência é fundamental para a descompactação e que não haverá perdas, e sim incorporação. Interpretação inversa do Sindicato. Haverá perdas, sim. Nesse impasse, a paralisação, embora pequena, começa a exigir a reposição de aulas no período de férias. Já há comprometimento atingindo os alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: 51

Notícias do Dia

Constatação

O secretário Eduardo Deschamps estava ontem em São Paulo, onde presenciou uma manifestação na Avenida Paulista e percebeu, segundo relatou, que a greve dos professores por lá tem a mesma operação que acontece por aqui, inclusive com invasão da Assembleia Legislativa. Considerou ser uma operação orquestrada nacionalmente e rebateu dizendo que a paralisação em Santa Catarina perdeu o propósito depois que foi retirada a MP 198. "Nos praticamos gestos, falta o lado de lá..."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Assembleia dos professores: categoria decide pela manutenção da greve

eunidos em assembleia na tarde desta quarta-feira no Centro de Convenções de Florianópolis, os professores catarinenses decidiram manter a greve da categoria, que se iniciou no dia 24 de março.

O novo plano de carreira proposto pelo governo não agradou ao sindicato. Uma das críticas foi o que eles chamaram de "ameaça dos professores em greve".

O grupo iniciou uma marcha até a Secretaria de Educação, no centro da Capital e, na sequência, se juntaria a outras categorias que também se manifestam nesta quarta-feira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: Online



Governo lamenta continuidade da greve dos professores

A Secretaria de Estado da Educação emitiu nota nesta quarta-feira lamentando a decisão do Sinte/SC de dar continuidade à greve que já se estende por 22 dias. A paralisação foi aprovada em assembleia estadual nesta tarde.

Leia o documento na íntegra:

"A Secretaria de Estado da Educação lamenta a posição do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte) pela decisão de continuar a greve, com adesão de cerca de 10% do magistério catarinense. Desde 3 de fevereiro, quando foi apresentado o Estudo da Nova Carreira, a Secretaria da Educação se mostrou flexível para conversar, tanto nas reuniões em Florianópolis, como nas webconferências e nas 14 apresentações pelo interior do Estado. Com a continuidade da greve, a Secretaria da Educação mantém posição de não negociar com o sindicato da categoria.

A Medida Provisória 198, motivo apontado para o início da greve, foi revogado pelo Governo do Estado como forma de demonstrar flexibilidade para negociação. Também foi um gesto de boa vontade do Governo do Estado o acordo para não contabilizar as faltas durante a greve, mediante plano de reposição de aulas e encerramento da greve esta semana. Atendendo ao pedido da categoria a nova proposta prevê: os níveis Médio e Licenciatura Curta novamente incorporados a carreira e a equiparação dos vencimentos dos ACTs aos professores efetivos em início de carreira.

A incorporação da regência de classe é essencial para o plano de descompactação da tabela e é paga como gratificação apenas em Santa Catarina e Sergipe. Dos grandes municípios do Estado, citamos as prefeituras de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma e Lages que incorporaram ou não pagam regência de classe. É importante esclarecer que a incorporação da regência de classe não diminui o salário de nenhum professor, mas garante a conquista de que a regência nunca mais será retirada do vencimento do servidor.

De 2010 a 2014, a folha salarial do magistério evoluiu de R\$ 1,83 bi para R\$ 3,13 bi, um crescimento de 70% contra uma inflação de 26% e salário mínimo de 45%. O vencimento dos professores em início de carreira com nível médio aumentou 178% e os com graduação evoluiu 82%. Pela proposta deste ano, serão mais R\$ 200 milhões injetados na folha salarial.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação mantém posição de que os alunos da rede estadual de ensino devem ir às escolas, que serão atendidos conforme plano de ação dos diretores escolares. Com a duração da greve, a Secretaria lembra que a reposição das aulas deverá ser feita durante o período de férias."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve	Página: Online	



Em nota oficial, governo lamenta continuidade da greve dos professores

Os cerca de 3 mil professores que participaram da assembleia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte), na tarde desta quarta-feira, no Centro de Eventos CentroSul, em Florianópolis, acataram por unanimidade a decisão de continuar em greve. A categoria já tinha publicado, pela manhã, uma nota em que afirmava que a proposta encaminhada pelo governo era pior do que a anterior e que não haveria “outra saída, a não ser continuar em greve”.

De acordo com o governo do Estado, apenas 10% dos professores estão com as atividades paralisadas. Já o Sinte afirma que 30% da categoria cruzou os braços.

Ainda na tarde desta quarta-feira, a Secretaria de Estado da Educação divulgou uma nota oficial lamentando a posição Sinte. Na publicação, o governo argumenta que esteve aberto a negociações antes da greve e que demonstrou flexibilidade ao revogar a Medida Provisória 198 e que “também foi um gesto de boa vontade do Governo do Estado o acordo para não contabilizar as faltas durante a greve”.

Confira o documento, na íntegra:

“Desde 3 de fevereiro, quando foi apresentado o Estudo da Nova Carreira, a Secretaria da Educação se mostrou flexível para conversar, tanto nas reuniões em Florianópolis, como nas webconferências e nas 14 apresentações pelo interior do Estado. Com a continuidade da greve, a Secretaria da Educação mantém posição de não negociar com o sindicato da categoria. A Medida Provisória 198, motivo apontado para o início da greve, foi revogada pelo Governo do Estado como forma de demonstrar flexibilidade para negociação. Também foi um gesto de boa vontade do Governo do Estado o acordo para não contabilizar as faltas durante a greve, mediante plano de reposição de aulas e encerramento da greve esta semana. Atendendo ao pedido da categoria a nova proposta prevê os níveis Médio e Licenciatura Curta novamente incorporados à carreira e a equiparação dos vencimentos dos ACTs aos professores efetivos em início de carreira.

A incorporação da regência de classe é essencial para o plano de descompactação da tabela e é paga como gratificação apenas em Santa Catarina e Sergipe. Dos grandes municípios do Estado, citamos as prefeituras de Joinville, Florianópolis, Blumenau, Criciúma e Lages que incorporaram ou não pagam regência de classe. É importante esclarecer que a incorporação da regência de classe não diminui o salário de nenhum professor, mas garante a conquista de que a regência nunca mais será retirada do vencimento do servidor.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De 2010 a 2014, a folha salarial do magistério evoluiu de R\$ 1,83 bi para R\$ 3,13 bi, um crescimento de 70% contra uma inflação de 26% e salário mínimo de 45%. O vencimento dos professores em início de carreira com nível médio aumentou 178% e os com graduação evoluiu 82%. Pela proposta deste ano, serão mais R\$ 200 milhões injetados na folha salarial. A Secretaria da Educação mantém posição de que os alunos da rede estadual de ensino devem ir às escolas, que serão atendidos conforme plano de ação dos diretores escolares. Com a duração da greve, a Secretaria lembra que a reposição das aulas deverá ser feita durante o período de férias.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 16/04/2015
Assunto: Greve		Página: Online



SANTA CATARINA



Em assembleia, professores estaduais de SC decidem manter greve

*Reunião foi realizada na tarde desta quarta-feira em Florianópolis.
"O que o governo nos enviou é uma proposta pior", afirma o Sinte-SC.*

Os professores da rede estadual votaram pela continuidade da greve, após rejeitarem a nova proposta de plano do magistério enviado pelo governo na segunda-feira (13). A decisão foi tomada por unanimidade durante assembleia na tarde desta quarta (15), segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública (Sinte).

“Continuamos em greve e vamos aguardar a negociação”, afirma o coordenador estadual do órgão, Luiz Carlos Vieira.

De acordo com o Sindicato, a nova proposta do governo estadual é "pior que a anterior". Apesar disso, Vieira afirma que ela contempla algumas das reivindicações da categoria.

A questão principal é que o governo não abre mão da regência de classe. O que ele faz é um aumento nominal e não real, vai continuar igual ao que já estava e com o passar dos anos vai diluindo, pois o reajuste que ele está indexando é do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o ele não cresce anualmente", explica Vieira.

No novo plano do magistério, o governo propõe incorporar o bônus da regência de classe ao valor do salário. Hoje, ele é dado como um salário adicional e quando há reajuste, este é aplicado sobre a remuneração e a bonificação, segundo o Sinte.

Decisão do sindicato é acatada

Já na noite de terça-feira (14), o comando de greve do Sindicato se reuniu e decidiu que a greve continuaria, mas a decisão final seria dos participantes da assembleia nesta quarta, que acataram o indicativo do Sinte por unanimidade. Cerca de 3 mil professores participaram da reunião.

Após a assembleia, eles foram para o Centro da capital participar dos protestos contra a lei da terceirização.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em nota, a Secretaria de Estado da Educação diz lamentar a posição do Sindicato pela continuidade da greve e que mantém a posição de não negociar.

"A Medida Provisória 198 foi revogada pelo governo do estado como forma de demonstrar flexibilidade para negociação. Também foi um gesto de boa vontade do governo, o acordo para não contabilizar as faltas durante a greve, mediante plano de reposição de aulas e encerramento da greve esta semana", informa o órgão em nota.

Entrega da proposta

O governo do estado entregou a proposta do novo plano de carreira do magistério estadual Sinte/SC na segunda-feira (13). A proposta foi encaminhada em ofício à entidade. Durante a tarde, o projeto também foi apresentado pelo secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, em webconferência aos gerentes de educação e diretores escolares.

De acordo com o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, a negociação do plano será feita se a categoria encerrar a greve.

Segundo o Sinte, 30% dos professores estão parados, mas o estado reconhece apenas 10% dos cerca de 35 mil docentes do magistério estadual.

Os professores de Santa Catarina estão em greve desde o dia 24 de março, mas um mês antes, em 24 de fevereiro, começaram a fazer "vigílias" de algumas horas todas as terças-feiras na Assembleia Legislativa do estado (Alesc), para pressionar os deputados a retirarem a Medida Provisória 198/2015 da pauta de votação. Ela entrou no dia 3 de abril e foi retirada pelo governo na última quarta (8).

Proposta

Entre os itens do novo plano de carreira do magistério estão a descompactação da tabela salarial, progressão horizontal a cada três anos, aumento progressivo das diferenças entre níveis, até que o nível superior seja 40% maior que o médio e a lei do professor por contratação temporária (ACT).

Deschamps explica que os valores salariais foram remanejados, principalmente no nível e referência inicial dos professores efetivos, para incluir o professor ACT dentro da nova carreira. Ainda conforme a Secretaria de Estado da Educação, a regência de classe será incorporada ao vencimento e não deve alterar a remuneração.

Professores passaram noites na Alesc (Foto: Fábio Queiroz/Divulgação)

Professores passaram duas noites na Alesc

(Foto: Fábio Queiroz/Divulgação)

"Fazer a descompactação com aplicação do reajuste do piso todos os anos nos níveis iniciais de carreira significa dar ganhos maiores. Os professores de nível médio vão continuar sendo beneficiados em detrimento do professor de ponta de carreira. Então a incorporação da regência, que não muda valor de salário de professor, é um ponto fundamental para fazer a descompactação da carreira", afirmou Deschamps.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A SED informou que deve finalizar o projeto da aplicação do novo plano e Lei do ACT e apresentar à Casa Civil para que esta encaminhe a proposta à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Reivindicações

Além da revogação da MP 198/2015, outros três pontos integram a lista de reivindicações da categoria, entre eles a incorporação da gratificação de regência de classe.

Para a categoria, esta mudança traria perdas financeiras aos docentes. Além disso, a gratificação por triênio que, hoje, é somada sobre o salário e a gratificação, seria aplicado somente sobre o valor final.

saiba mais

Outro ponto que a categoria pede é a retirada do nível de formação do ensino médio da tabela salarial. Para o Sinte/SC, esta situação faria com que o estado deixasse de ser obrigado a cumprir o piso nacional para a categoria, que é atualizado com base no ensino médio tabela salarial.

Além disso, os grevistas são contrários à criação de gratificação por produtividade.

Negociações

Na quinta-feira (9) o secretário de Educação havia falado sobre a proposta ao Sinte. Desde a data o Sindicato aguardava a entrega oficial da proposta. No entanto, logo após o início da greve Deschamps enfatizou que negociava apenas se a categoria voltasse a trabalhar.

Os professores chegaram a ocupar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina por dois dias. Eles deixaram o local no início da tarde desta quinta (9). Segundo o Sinte/SC, a desocupação ocorreu depois do anúncio de revogação da Medida Provisória (MP) 198/2015, que previa alterações nos salários dos professores temporários do estado (ACTs). A MP 198 foi retirada da pauta de votação na quarta.

A medida estava na pauta desde 3 de março, mas não chegou a ser votada "por falta de consenso, por parte da categoria e também entre os deputados", afirmou o líder do governo na Alesc, Silvio Dreveck (PP).